RESUMO APRESENTAÇÃO ORAL PADRÃO - CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS (CCJE)/ECONOMIA

DESMATAMENTO EM ASSENTAMENTOS RURAIS NA AMAZÔNIA

Rodrigo Abreu Carvalho (carvalho.ra@outlook.com)

Romero Cavalcanti Barreto Da Rocha (romero.rocha@ie.ufrj.br)

No contexto da política agrária brasileira a expressão “assentamento rural” faz referência a um conjunto de unidades agrícolas, independentes entre si, criadas com a finalidade de proporcionar a desconcentração e a democratização da estrutura fundiária. Grande parte dos projetos de assentamento criados estão localizados na Amazônia Brasileira Legal. Nas últimas décadas, entretanto, os assentamentos na região vêm sofrendo críticas quanto à sua crescente participação no desmatamento. Portanto, ao mesmo tempo que têm servido historicamente para aliviar a pressão social pela terra, esses projetos chamam atenção para os desafios de promover a ocupação e o desenvolvimento econômico sustentável na Amazônia (ALENCAR et al., 2016). Estudo de Assunção et al. (2017) aponta que as políticas de monitoramento e controle adotadas a partir de 2004 tenham inibido o desmatamento em larga e média escala, porém com efeito heterogêneo no desmatamento de pequena escala. Como consequência, observou-se um aumento da participação de pequenos polígonos de desmatamento no total de área desmatada neste período. Esse aumento da participação relativa é corroborado por estudo de Alencar et al. (2016), que calcula um crescimento da contribuição dos pequenos polígonos de desmatamentos (até 10 hectares) para o desmatamento anual total na Amazônia Brasileira Legal de 13% em 2004 para

a máxima de 32% em 2010. Neste mesmo período, houve grande aumento do número e da área dos projetos de assentamentos na região amazônica que contou com uma nova categoria de projetos de assentamento com critérios de sustentabilidade. O objetivo principal deste trabalho consistiu, portanto, em investigar a relação entre a criação de projetos de assentamento, convencionais e diferenciados, e o desmatamento da Amazônia entre os anos de 2002 a 2014. Pretende-se responder, especificamente, se os assentamentos representam mais uma pressão para o desmatamento e se essa pressão é estatisticamente relevante. A partir de dados georreferenciados, analisamos o efeito dos assentamentos no desmatamento utilizando o modelo de diferenças-em-diferenças, com efeitos fixos de indivíduo e tempo. Os resultados para ambas as categorias são estatisticamente significantes ao nível de 5%. Os coeficientes obtidos indicam que um aumento de 1% na área dos assentamentos convencionais gera, em média, um aumento de 0,018% de aumento na área desmatada (corte raso). No caso dos assentamentos com critérios de sustentabilidade esse aumento é de 0,016%.

ALENCAR, A. et al. Desmatamento nos Assentamentos da Amazônia: Histórico. Tendências e Oportunidades. IPAM, Brasília, v. 93, 2016.

ASSUNÇÃO, Juliano et al. Property-level assessment of change in forest clearing patterns: The need for tailoring policy in the Amazon. Land Use Policy, v. 66, p. 18-27, 2017.